



COLÉGIO DE PRESIDENTES

Nos últimos dois anos a OAB Brusque apresentou diversas proposições que visam melhorias para o exercício da advocacia no município e em todo Estado

Pág. 16 a 18



REFORMA TRABALHISTA
Advogados participam
de Curso com
desembargador do TRT
Pág. 4 e 5

DIREITOS HUMANOS
Comissão realiza
ações de educação e
conscientização
Pág. 13

SESSÃO ITINERANTE
Brusque sedia edição
do Tribunal de Ética e
Disciplina da OAB/SC
Pág. 19

Palavra do Presidente

Chegamos ao final do segundo ano de mandato, período bastante importante em que realizamos diversos cursos junto à Subseção de Brusque para aprimoramento da classe. O Curso do Novo Código do Processo Civil no início do ano, e agora, recentemente, o Curso da Reforma Trabalhista, além de outros, realizados ao longo do ano, ratificando o compromisso firmado com toda classe.

Durante este 2017 também estivemos presentes em todos os Colégios de Presidentes e fomos a Subseção que mais levou assuntos a debate em todas as oportunidades em que se reuniram os 46 presidentes de Subseções de Santa Catarina. Temas importantes foram aprovados nestes Colégios e a classe tem colhido os frutos disso.

É por essa razão que permaneceremos empenhados também em 2018, ano em que nossa expectativa é fomentar ainda mais o desenvolvimento e aprimoramento dos advogados. Disponibilizaremos neste próximo ano, de maneira gratuita, cursos em parceria com a AASP – Associação dos Advogados de São Paulo, já tendo sido inclusive instalado todo o equipamento necessário. É uma nova ferramenta à disposição dos colegas advogados da Subseção de Brusque.

Além disso, o ano de 2018 será de júbilo para nossa Subseção, pela comemoração dos seus 40 anos, no dia 31 de agosto. Faremos um ano todo voltado em prol deste importante marco para a advocacia de Brusque e de toda região.

Seguimos à disposição e aproveitamos o ensejo para desejar uma excelente leitura, augurando que tenhamos um Feliz Natal e um Próspero 2018!

Renato Munhoz

Presidente da OAB-Subseção Brusque
Gestão 2016-2018

Comunicado

A OAB Subseção de Brusque comunica a todos os advogados e advogadas que estará em férias coletivas no período de 20 de dezembro a 8 de janeiro, retomando suas atividades no dia 9 de janeiro de 2018.

Comissões OAB Brusque

Comissão da Mulher Advogada

Jordana Cristina Staack Ristow – OAB/SC 22.697 (Presidente)
Ana Caroline de Souza – OAB/SC 32.062 (Vice-Presidente)

Comissão de Direito Previdenciário

Lucimara Rosa Jimenes – OAB/SC 28.907 (Presidente)
Luís Carlos Schlindwein – OAB/SC 21.339 (Vice-Presidente)

Comissão do Jovem Advogado

Bruno Kael Pedrosa – OAB/SC 36.804 (Presidente)

Comissão dos Advogados Criminalistas

Gilvan Galm – OAB/SC 5.300 (Presidente)
Ricardo José de Souza – OAB/SC 19.969 (Vice-Presidente)

Comissão de Direitos Humanos e Cidadania

Ricardo Vianna Hoffmann – OAB/SC 4.551 (Presidente)

Comissão “OAB vai à escola”

André Nivaldo Cunha – OAB/SC 25.860 (Presidente)
Taciana Maisa Aguiar Mafra – OAB/SC 9.344 (Vice-Presidente)

Comissão de Moralidade Pública

Eder Gonçalves – OAB/SC 5.579 (Presidente)

Comissão de Prerrogativas

Fabiana Amália Dalcastagné – OAB/SC 24.224 (Presidente)

Diretoria

Presidente

Renato Munhoz (OAB/SC 17.600)

Vice-presidente

Eduardo Koerich Decker (OAB/SC 19.368)

Secretária Geral

Jordana Cristina Staack Ristow (OAB/SC 22.679)

Secretário Geral Adjunto

Fernando Rafael Correa (OAB/SC 25.585)

Tesoureiro

Anderson Petruschky (OAB/SC 22.708)

Conselho da Subseção

Titulares

Alexandre Olinger (OAB/SC 19.708)
Cícero Eduardo Visconti (OAB/SC 9.312)
Cristiana Melo Martiniuk Guerios (OAB/SC 9.845)
Éder Daniel Riffel (OAB/SC 13.498)
Eder Deodato Flôr (OAB/SC 25.800)
Edina Mara Mensor Bento (OAB/SC 28.979)
Fabrício Paoli (OAB/SC 21.124)
Lucimara Rosa Jimenes (OAB/SC 28.907)
Marcelo Vinícius Merico (OAB/SC 7.741)
Marcos Paulo Andrade Junior (OAB/SC 15.458)
Patrícia Rodrigues Heil Romero (OAB/SC 23.863)
Paulo da Silveira Mayer (OAB/SC 19.063)
Ubirajara Geovani Visconti (OAB/SC 14.265)
Wendel Laurentino (OAB/SC 25.874)

Suplentes

Ana Helena Boos (OAB/SC 18.589)
André Nivaldo da Cunha (OAB/SC 25.860)
André Ricardo Dell' Agnolo (OAB/SC 23.388)
Antonio Decker (OAB/SC 8.373)
Cesar Pinheiro (OAB/SC 23.391)
Cristiano Gums (OAB/SC 21.335)
Dennis Weise (OAB/SC 20.039)
Eduardo Yonamine (OAB/SC 27.445)
Eliane Sfair dos Santos (OAB/SC 14.401)
Fabio Caetano Pereira (OAB/SC 12.913)
Jose Tragino da Silva (OAB/SC 21.695)
Karen Alice de Souza Hernandez Freitas (OAB/SC 22.698)
Luís Gustavo de Santana (OAB/SC 24.522)
Maria Aparecida Frainer (OAB/SC 19.856)
Osmar Peron Júnior (OAB/SC 14.937)
Rosana Letzov (OAB/SC 4.986)
Sheila Cristina Carvalho Fonseca (OAB/SC 17.836)
Viviane Morch Gonçalves (OAB/SC 13.803)

Delegacia da CAASC

Delegada Karin Rodrigues (OAB/SC 40.979)
Delegado Adjunto Karlos A.S. Hernández (OAB/SC 33.577)

Conselheiro Estadual

Ricardo Vianna Hoffmann (OAB/SC 4.551)

Expediente

Informativo Trimestral OAB Subseção de Brusque

Texto e fotos: Ideia Comunicação Corporativa

Projeto Gráfico e Diagramação: Diego Bernardi

Jornalistas Responsáveis: Ana Roberta Venturelli Costa SC-02182-JP, Carina Machado SC-02484JP, Guédria B.Motta SC-02651-JP e Taiana Eberle SC-3969-JP

Tiragem: 1.000 exemplares

Tipotil Indústria Gráfica



CAASC, sempre
presente na vida dos
advogados catarinenses.

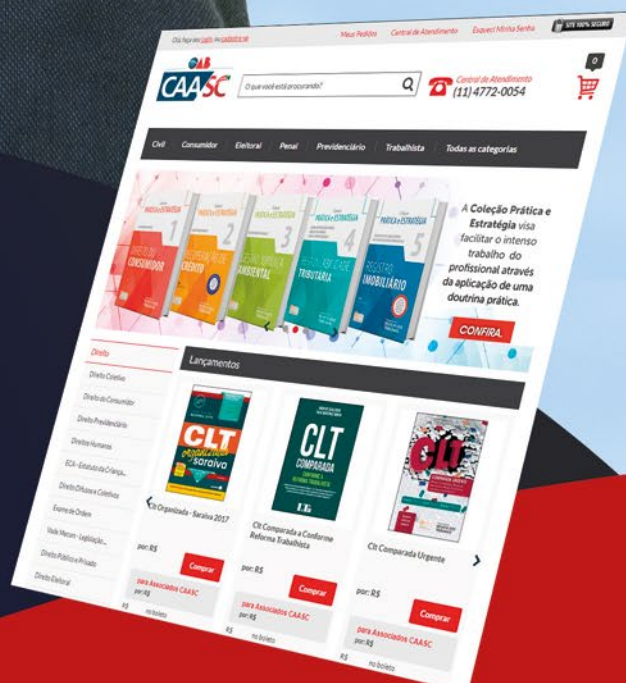
Acesse nosso site e conheça os serviços.

www.caasc.org.br

Títulos Jurídicos
e Literatura com
Descontos Especiais.

LIVRARIACAASC.COM.BR

Advogados de Santa Catarina
obtem desconto nas publicações.



Você está preparado para a Reforma Trabalhista?

Desembargador do TRT, Dr. Alexandre Luiz Ramos, ministra curso sobre a Reforma Trabalhista e reúne mais de 150 participantes na OAB Subseção de Brusque

Dr. Alexandre Luiz Ramos abordou aspectos da Reforma Trabalhista para um público de 150 advogados e advogadas de Brusque e municípios vizinhos



A pergunta que intitula esta matéria foi a primeira realizada pelo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina da 12ª Região, Dr. Alexandre Luiz Ramos, na tarde do dia 6 de outubro, momento em que ministrou o curso sobre a Reforma Trabalhista, no auditório da sede da Subseção da OAB em Brusque.

O evento, realizado durante os períodos da tarde e da noite, reuniu mais de 150 participantes, a maioria de Brusque, sendo alguns de outros municípios do Estado, diante da importância do tema. A Reforma Trabalhista foi aprovada em julho deste ano e promulgada como Lei nº 13.467/17. O texto, que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho e de outras três leis, entrou em vigor no dia 11 de novembro. Porém, são muitas as dúvidas no âmbito jurídico.

De acordo com o presidente da OAB Brusque, Dr. Renato Munhoz, a importância da realização do curso é indiscutível, já que as consequências dessa reforma passam diretamente pela advocacia. “Optamos em realizar o curso com o Dr. Alexandre

Luiz Ramos, que além de desembargador do TRT12, é professor, mestre e doutor na área, pois entendemos ser oportuno trazermos alguém que estivesse diretamente ligado às decisões, para realizar esse curso no município. Dr. Alexandre, pela larga experiência que tem no segmento docente, vai poder viabilizar essa integração entre a magistratura e a advocacia e trazer um pouco dos inúmeros pontos que vão permear essa Reforma Trabalhista daqui por diante. Há um momento de insegurança total e uma sensação de inquietação não só da advocacia, mas como do próprio Judiciário. Há que se acomodar ainda uma série de expectativas que repousam sobre a reforma e é nesse sentido que nós tentamos hoje, trazendo esse curso, dividir essas diversas interpretações que certamente permearão essa lei, esperando que toda sociedade acabe ganhando com isso”, ressalta.

Segundo o desembargador, essa nova lei faz uma mudança significativa na legislação trabalhista, tanto na área Processual, como também na área do Direito Material e do Direito Coletivo. “Na área do Direito Processual se acaba a ideia de

gratuidade, que até agora vigora para acesso à Justiça do Trabalho. No que tange ao Direito Material, se quebra um pouco aquela ideia do empregado como hipossuficiente, ou seja, a manifestação de vontade dele passa a valer mais do que valia com a legislação até então vigente. E no âmbito do Direito Coletivo, se quebra primeiro a contribuição sindical obrigatória, que sustentava um modelo de sindicalismo que crescia vertiginosamente e também se valoriza mais a negociação coletiva que hoje, pela jurisprudência trabalhista, sempre é relativizada e submetida aos comandos da lei. A partir da reforma, haverá em vários assuntos a prevalência do negociado sobre o legislado”, analisa.

Sobre os reflexos que este ponto polêmico da reforma, a prevalência do negociado sobre o legislado, poderá causar, Dr. Ramos destaca que é um processo de amadurecimento pelo qual a sociedade brasileira e as relações trabalhistas devem passar.



A Reforma vai gerar um desafio enorme para todos que atuam na Justiça do Trabalho, tanto os advogados quanto os juízes e membros do Ministério Público

Dr. Alexandre Ramos



“Durante muito tempo tivemos um modelo em que o sindicato tem a representatividade da categoria e por isso recebe esse imposto compulsório, mas paradoxalmente aquilo que ele ajustava com a empresa nem sempre era validado depois pela Justiça do Trabalho. Então essa legislação vem estabelecer esse marco, que aquilo que o sindicato negociar, ele não é obrigado a negociar, mas se o fizer, vai prevalecer em vários pontos sobre a legislação. Podemos citar como exemplos a jornada de trabalho, intervalo, adicional de insalubridade, enfim, há um rol muito extenso de permissões para que as entidades sindicais façam a negociação livremente. E por outro lado a legislação restringe a atuação da Justiça do Trabalho na anulação desses acordos, de tal forma que os juízes terão que fazer mais uma análise formal do acordo e não muito do conteúdo”, enfatiza.

Sobre o momento em que a Reforma Trabalhista foi aprovada, em pleno cenário de crise econômica e política do país, Dr. Ramos ressalta que como magistrado, respeita a vontade do Congresso Nacional, que em tese reflete a vontade da sociedade. Porém, em uma análise mais abrangente, é notório que isso acontece no Brasil com muita frequência: no momento de crise a sociedade vai buscar soluções e nem sempre são as melhores. “Particularmente, como a reforma é muito extensa, me parece que existem vários pontos positivos e outros que vão merecer uma adequação e uma leitura à luz da Constituição. Isso vai de fato gerar um desafio enorme para todos que atuam na Justiça do Trabalho, tanto os advogados quanto os juízes e membros do Ministério Público”, avalia.

Pontos sensíveis

Para o desembargador, há pontos muito sensíveis nessa reforma, entre eles a indenização de dano moral. “Uma tentativa que o legislador fez foi de planificar as indenizações extra-patrimoniais, que conhecemos comumente como indenizações de dano moral, vinculando em número de vezes o salário da vítima ou do agressor, conforme o grau da lesão. Isso acabou criando um desconforto porque dá um tratamento desigual monetariamente, para lesões de igual intensidade, conforme o salário do empregado. Tanto que esse ponto e outros também, já foram anunciados como possíveis de alterações por Medida Provisória. Então a ideia é que nesse ponto se adote também como base de multiplicação o maior benefício pago à Previdência Social, aí seria o mesmo valor para todas as vítimas quando tiverem a mesma lesão”.

Enfraquecimento sindical?

Questionado sobre a nova lei ser uma forma de enfraquecimento sindical, o desembargador alerta que é necessário uma análise sobre os sindicatos no país. Conforme Dr. Ramos, na Constituição de 1988, o Brasil contava com pouco mais de 2.500 sindicatos. Hoje, 29 anos depois, esse número passa de 17 mil sindicatos no país.

“A visão de sindicato é de união. Enquanto temos um cenário de fragmentação da força sindical pela multiplicação de sindicatos, e muitos deles buscando o imposto sindical obrigatório, tínhamos um caminho que apontava para o enfraquecimento. É claro que o fim da contribuição sindical tira a base de custeio dos sindicatos. Isso num primeiro momento pode comprometer a representatividade, mas me parece que a médio e longo prazos, e isso até mesmo os sindicatos estão começando a perceber, eles terão que se unir em menos sindicatos para que possam, aí sim, buscar uma legitimidade e uma representatividade mais autêntica perante os trabalhadores. E a partir disso se estabelece uma outra correlação de forças que vai dar um maior equilíbrio nas relações entre capital e trabalho”, analisa.

“Não queremos a prevalência do capital a todo o custo, precarizando as relações de trabalho, porque os efeitos sociais são nefastos. Mas por outro lado, se não cuidarmos do desenvolvimento econômico, da permanência das empresas, principalmente das micro, pequenas e médias, que são as que empregam a maior parte de trabalhadores do Brasil, vamos comprometer um projeto de sociedade que produz um padrão civilizatório melhor do que temos hoje”, complementa.

Saiba Mais

Gaúcho de Porto Alegre, Dr. Alexandre Luiz Ramos tem 49 anos e começou na Justiça do Trabalho como servidor, em 1988. Cinco anos depois, passou no concurso para juiz da 12ª Região, atuando como substituto até 1998, ano em que foi promovido a titular. Nesta condição, trabalhou em Xanxerê, Chapecó, Araranguá, Imbituba, Itajaí, São José e Florianópolis, onde comandava a 6ª VT.

No currículo acadêmico, possui um mestrado e um doutorado em Direito do Trabalho, ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, é professor convidado permanente da Escola Superior de Advocacia de Santa Catarina, mas já deu aula também na UFSC, Cesusc e Amatra 12.

Em dezembro de 2016, Ramos tomou posse como desembargador do TRT-SC ocupando a vaga de Águeda Maria Lavorato Pereira, aposentada em agosto daquele ano.

Servindo à comunidade

OAB Cidadã presta orientações jurídicas de forma gratuita à população brusquense

Assim como em qualquer outra profissão, o voluntariado é muito bem-vindo na Advocacia e é por meio da dedicação de alguns profissionais que o projeto OAB Cidadã proporciona orientações jurídicas e informações sobre cidadania, para a comunidade, de forma gratuita. “Quando nos tornamos advogados, fazemos um juramento de lutar pela Justiça e também, enquanto cidadãos, temos a missão de contribuir para o bem comum. Por isso, dedico parte do meu tempo para realizar esse trabalho voluntário. Durante a faculdade tive o privilégio de conviver com pessoas que deram esse exemplo de doação ao próximo, e isso me motivou. Participo da OAB Cidadã desde 2009 e me sinto feliz em compartilhar meu conhecimento para ajudar outras pessoas”, declara Dr. Bruno Francisco de Souza.

O advogado conta com a companhia dos colegas Dr. Ricardo Vianna Hoffmann e Dr. Ronaldo da Silva, dentre outros profissionais, para servir à comunidade, durante eventos realiza-

dos ao longo do ano, em que a OAB Cidadã marca presença. “É comum participarmos das edições do Sábado Fácil, que são promovidas pela CDL na Praça Barão de Schneeburg, para aproximar os advogados da população e facilitar de alguma forma o acesso da comunidade à Justiça. Sabemos que muitas pessoas não têm

“

Muitas vezes apenas com uma conversa e um conselho é possível resolver o problema do cidadão

Dr. Ronaldo da Silva

”



HEIL NAUTICA
desde 1989.

47 3351.1679
47 99186.4877 ☎

Brusque/SC
www.heilnautica.com.br

f i

concessionária
YAMAHA
Revs Your Heart

revenda autorizada
FIBRAFORT



O projeto OAB Cidadã proporciona orientações jurídicas e informações sobre cidadania de forma gratuita para a comunidade

condições de pagar uma consulta advocatícia e por meio desse serviço, elas têm a oportunidade de esclarecer suas dúvidas e receber as orientações que necessitam”, observa o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Dr. Ricardo Vianna Hoffmann.

De acordo com Dr. Ronaldo da Silva, apesar de o atendimento não ter a mesma privacidade de um escritório, se procura atender as pessoas da melhor forma. “Muitas vezes apenas com uma conversa e um conselho é possível resolver o problema do

cidadão. Em outras situações, que necessitam da intervenção da Justiça, orientamos como se pode buscar uma assistência jurídica e em casos mais delicados, que requerem maior privacidade e atenção, também sugerimos o encaminhamento. As pessoas carentes podem procurar a Defensoria Pública em casos criminais e de medicamentos. Já o Núcleo de Práticas Jurídicas da Unifebe, presta assistência nas áreas cível, de família e pequenas cobranças”, esclarece o advogado.

No segundo semestre de 2017, a OAB Cidadã inovou ao ampliar sua área de atuação. “Diante do interesse e disponibilidade de duas profissionais na área da psicologia, passamos a contar com um suporte nesse trabalho de orientação. Uma das maiores queixas das pessoas que procuram atendimento diz respeito a questões familiares e nem sempre é preciso a intervenção da Justiça para solucionar tais problemas. Geralmente, é possível resolver através do diálogo. Nesse sentido, as psicólogas têm maior conhecimento e preparo de como fazer esse aconselhamento”, explica Dr. Ricardo Vianna Hoffmann.

A psicóloga Edinelza Novak salienta que a saúde emocional da população está diretamente ligada a questões sociais que resultam em inúmeras ações judiciais. “Nosso papel é fazer a comunidade entender que existem outros meios de solucionar atritos e que a psicologia não existe apenas para ajudar pessoas loucas. Pelo contrário, ela pode ser muito útil na busca de conciliações”, destaca a profissional, que atua de forma voluntária nos atendimentos da OAB Cidadã, juntamente com a psicóloga Maria Aparecida Florêncio.

PÓS-GRADUAÇÃO UNIFEBE

**DIREITO DO TRABALHO
E PREVIDENCIÁRIO**

**TEORIA E PRÁTICA
DAS CIÊNCIAS CRIMINAIS**

TURMAS COM INÍCIO EM MARÇO DE 2018



A psicóloga Flávia Albani falou sobre a sua vivência com o câncer e a necessidade das mulheres buscarem informações e o diagnóstico cedo

“Nosso corpo tem uma sabedoria infinita”

Evento alusivo ao Outubro Rosa reúne grande público na OAB Brusque, com palestra da psicóloga Flávia Pereira Albani

A cor rosa predominou na noite de 17 de outubro, na sede da OAB Subseção de Brusque, quando mulheres advogadas e de toda comunidade foram convidadas para o evento ‘Outubro Rosa: não dê chance ao câncer de mama’. Promovido pela CAASC – Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina e pela Comissão da Mulher Advogada da OAB Subseção Brusque, o evento teve por objetivo chamar a atenção para a prevenção do câncer de mama, considerado um dos tipos que mais mata mulheres em todo o mundo.

Neste ano, a programação contou com a palestra da psicóloga Flávia Pereira Albani, que falou sobre a importância da terapia no processo de cura do câncer. Além disso, a programação do evento incluiu um desfile com looks da Sly Wear e Lemus Calçados, exposição de veículos, coquetel e sorteio de presentes.

A palestra

Na oportunidade, a psicóloga Flávia dividiu com o público, formado por 130 mulheres, sua vivência com o câncer que teve, aos 17 anos, e questionou as participantes sobre o que pensam quando ouvem a palavra câncer. O momento de reflexão contou com a participação de muitas mulheres, que entre outras palavras destacaram sofrimento, morte, perda de cabelo e aprendizado. Segundo a psicóloga, a ideia de câncer vem mudando com o passar do tempo. Hoje, as pessoas têm muito mais acesso a diagnósticos e tratamentos. Além disso, Flávia enalteceu a importância dos questionamentos sempre que alguém receber o diagnóstico da doença. “Você precisa tirar suas dúvidas, questionar, interagir com o médico, porque é a sua vida. E precisamos entender que o nosso corpo tem uma sabedoria infinita”, comentou.

Em seguida, a psicóloga ensinou uma técnica de relaxamento, interagindo ainda mais com as participantes. “Hoje em dia carregamos o mundo nos ombros, por isso é importante relaxar nosso sistema. Aprender a estar em paz, independente do que ocorra em nossa vida. Isso nos ajuda a termos muito mais habilidade de resposta, do que quando estamos tensas e nervosas”, complementou.

Grande participação

De acordo com o presidente da OAB Brusque, Dr. Renato Munhoz, é uma satisfação muito grande para a subseção, receber inúmeras mulheres da sociedade brusquense, que lutam dia a dia para ter uma comunidade melhor junto às suas famílias. “No ano passado falamos da conscientização sobre o câncer de mama. Mas, em 2017, em conversa com a Comissão da Mulher Advogada, foi mencionada a necessidade de um olhar mais voltado para a parte psicológica de quem é afetada pelo câncer. Então fizemos o convite para a Dra. Flávia dividir conosco a angústia que ela já sentiu ao ser acometida pela doença, essa experiência de vida e as orientações terapêuticas caso alguém venha a sofrer desse infortúnio. Através dessas informações, quem sabe seja possível superar o câncer de mama com leveza e força”, frisou.



**Você precisa tirar suas dúvidas,
questionar, interagir com o médico,
porque é a sua vida**

Flávia Pereira Albani, psicóloga



O presidente fez agradecimentos às mulheres advogadas pela realização do evento, aos patrocinadores, à CAASC e também à Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Para a delegada da CAASC, Dra. Karin Rodrigues, receber tantas mulheres na segunda edição do evento em parceria com a Comissão da Mulher Advogada é, sem dúvida, um momento de muita alegria. “Fiquei bastante surpresa com o número de mulheres inscritas. Desde que assumimos os trabalhos na CAASC, na gestão 2016-2018, mudamos esse conceito de ser somente um evento para as advogadas e resolvemos abrir para toda comunidade brusquense. E tivemos a participação em massa das mulheres. Foi um evento sensacional, nossos patrocinadores nos ajudaram muito, nossa palestrante foi um sucesso na troca de experiências e acredito que o desfile, que foi uma surpresa, deva ter agradado a todo mundo”, ressaltou.

Na avaliação da presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB Brusque, Dra. Jordana Cristina Staack Ristow, o sentimento é de missão cumprida. “Planejamos esse evento há muitos meses e faltam palavras para agradecer a todas as advogadas e mulheres da comunidade, que participaram conosco e vieram saber um pouco mais sobre a prevenção ao câncer de mama. É uma doença perigosa, mas quanto mais cedo for descoberta, quanto maior for a nossa prevenção, mais chances de cura. O ob-



A delegada da CAASC, Dra. Karin Rodrigues e a presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB Brusque, Dra. Jordana Cristina Staack Ristow, abriram o evento falando da importância da prevenção



Um grande público de mulheres advogadas e da comunidade prestigiou o evento

jetivo do evento foi esse, levar essa mensagem para toda sociedade, de buscar a prevenção, de não ter medo de realizar os exames necessários, de quebrar tabus e realmente olhar um pouco mais para nossa saúde”, destacou.

O evento contou com diversos apoiadores, como Sly Wear, Lemus Calçados, Uvel Veículos, Júlio Imóveis e Sicoob Advocacia.

Quem passou pelo evento...



Desnecessidade de esgotamento de meios para utilização do sistema INFOJUD

Segundo o princípio da cooperação (art. 6º do CPC), os sujeitos processuais, incluindo-se o magistrado, devem colaborar para que o processo tenha seu desenrolar de forma mais célere em busca de uma prestação jurisdicional efetiva. Não obstante, tem-se deparado com decisões judiciais que, a despeito da disponibilidade de meios eletrônicos a sua disposição, tais como RENAJUD, BACENJUD, INFOJUD, negam a utilização destes sob o argumento de que tal providência estaria condicionada ao esgotamento das medidas extrajudiciais pelo requerente.

A incorporação de ferramentas das tecnologias da informação ao Poder Judiciário é muito bem-vinda, aproximando o jurisdicionado de uma prestação jurisdicional efetiva. Daí porque a criação de empecilhos para a utilização destes se mostra um movimento na contramão histórica e axiológica do processo civil atual.

Quanto ao sistema INFOJUD, trata-se de ferramenta capaz de prevenir as inúmeras tentativas frustradas de citação/intimação da parte, que além de impedirem a concretização da prestação, ainda representam um alto custo às partes e ao Estado. Por isso se faz necessário

o auxílio do Poder Judiciário, detentor exclusivo do privilégio de consultar tais bancos de dados, para que a ferramenta alcance o fim para o qual foi criada.

Nesse sentido, o CNJ recomenda aos magistrados a utilização dos sistemas mencionados, por garantirem segurança, rapidez e economicidade ao envio e cumprimento de ordens judiciais eletrônicas (Recomendação n. 51/2015). O STJ, neste mesmo caminho, já definiu em sua jurisprudência que o pedido de INFOJUD para consulta de endereços é cabível, independente da demonstração do esgotamento das vias ordinárias (REsp. 1667529 RJ 2017/0088169-0).

Na jurisprudência do TJSC pode-se encontrar precedentes que adotam o mesmo entendimento, inclusive mencionando os precedentes do STJ acima referidos, como se observa no Agravo de Instrumento nº 2017.4012345-91.

Portanto, na esteira do entendimento jurisprudencial pacífico, é dever do magistrado fazer o melhor uso possível das ferramentas tecnológicas a sua disposição, para que, aplicando na prática o princípio da cooperação, colabore para uma prestação jurisdicional mais efetiva.

Os artigos e opiniões publicados neste espaço são inteiramente de responsabilidade de seus autores.

IRA!

GOURMET SHOW

SEXTA-FEIRA
22 | DEZEMBRO
SANTOS DUMONT
BRUSQUE

INGRESSOS AABB E ONETICKET.COM.BR
SCHMITTBUFFET.COM.BR

SCHMITT
buffet & churrasco

Santos Dumont

Levar vantagem em tudo

Vivemos em uma sociedade muito consumista típica do capitalismo, cuja característica é o individualismo, em que o Eu prepondera. Porém, esquecemos que vivemos num mundo globalizado onde o Outro é essencial para construirmos uma sociedade mais fraterna e igualitária. Cada ser humano tem sua personalidade, entretanto convivemos com múltiplas personalidades e, à medida em que me relaciono com os outros, tenho a possibilidade de crescer como pessoa, tornando-me mais humano.

É mister que haja ética para que o respeito e convivência sejam possíveis. Assim sendo, o meu agir tem que ser virtuoso e coerente com os valores que sigo e prego, para que o Outro se sinta acolhido. A libertação do ser humano está no despertar para uma consciência crítica e autônoma, da realização de nossa capacidade cognitiva ou racional. A realidade está cercada de vícios que nos impedem de crescer como seres virtuosos, que nos deixam mais fracos e mais passivos ao poder externo e que acabam nos levando para onde desejam.

Quando criança aprendemos que precisamos seguir regras para viver organizadamente em sociedade. No entanto, a regra pa-

rece que se tornou exceção e o mau exemplo vem de quem deveria dar bom exemplo. No direito penal há uma máxima latina a qual me faz indagar Cui prodest? Cui bono? (A quem beneficia? Quem ganha?). Um exemplo disso, bem atual, é o roubo de carga. Quando alguém rouba um caminhão de TVs, quem ganha não é apenas o ladrão, porque ele não vende TV na porta das casas. Essas TVs estão nas lojas. Logo, parte do que se vende na praça como legal é roubado. E seguindo a mesma lógica, por que as investigações não chegam a essas lojas, e como se desovam mercadorias sem problemas com a lei? Bem, “mãos estão sendo molhadas”.

Várias perguntas surgem e é justo duvidar. A resposta infelizmente é triste, alguém está sendo beneficiado em detrimento de outros, sendo fruto da corrupção que se tornou viral.

E, assim, o exemplo que ‘vem de cima’ mostra ao povo que o melhor é ‘se dar bem’ ou, levar vantagem em tudo. Isso autoriza os indivíduos a fazerem o quiserem, uma vez que os poderosos fazem também.

Dessa forma, nosso dever como cidadãos esclarecidos é combater aqueles que insistem em tirar proveito dos outros.

Os artigos e opiniões publicados neste espaço são inteiramente de responsabilidade de seus autores.



**CONHEÇA
NOSSA LINHA
DE PRODUTOS
EXCLUSIVOS**

AZ LED
SOLUÇÃO EM ILUMINAÇÃO INDUSTRIAL E RESIDENCIAL

**Iluminação em Led
para seu imóvel**
Pendentes
Lustres
Plafons
Arandelas

**Cortinas e Persianas
Sob Medida**

Solicite um orçamento conosco!

47 3252 0885

azlediluminacao
azlediluminacao.com.br

Rua Alberto Muller 615
88356000 Brusque

47 99657 8232

47 99162 6272

contato@azlediluminacao.com.br



Mesa Redonda sobre a proteção da mulher contra abusos e violência em geral, foi uma das ações promovidas neste ano, pela Comissão de Direitos Humanos da OAB Brusque.

Cidadania em pauta

Comissão que completa um ano em dezembro, vem planejando e realizando ações em prol da educação e conscientização para os Direitos Humanos

Integrada por doze advogados e advogadas, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da OAB Brusque, foi criada em 10 de dezembro de 2016 e tem como presidente o Dr. Ricardo Vianna Hoffmann, que também é membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB Santa Catarina. O grupo tem a missão de acompanhar e garantir o cumprimento dos direitos humanos, bem como receber denúncias de violação aos direitos fundamentais do cidadão, seguindo as diretrizes da Comissão Estadual de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil.

De acordo com Dr. Ricardo, entre as funções da Comissão, estão o encaminhamento de relatos de violação às autoridades competentes; a cobrança das providências exigidas pela Lei, pelo direito e pela ética, no pleno exercício do controle social; a promoção e participação em ações relacionadas aos direitos humanos. “Além de reuniões e palestras que debatam e divulguem medidas preventivas à violação dos direitos humanos, temos o papel de atuar junto à comunidade, averiguando denúncias e fazendo um trabalho de conscientização, por meio de estudos e pesquisas, e ainda, atuar junto ao Poder Legislativo colaborando na elaboração de legislação relacionada ao tema”, completa o presidente.

Ações

O advogado salienta que as Comissões atuam como um braço da OAB, para auxiliar na atuação da entidade junto à comunidade. Dessa forma, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, vem se reunindo mensalmente para planejar ações que atendam sua finalidade. “Juntamente com a Unifebe, o Centro de Direitos Humanos e o Coletivo Feminista ‘Maria Vai com as Outras’, promovemos neste ano uma Mesa Redonda sobre os impactos da violência doméstica na sociedade. No momento, estamos engajados em dois procedimentos que envolvem o Lar Sagrada Família e o Albergue Municipal. Em relação ao Lar Sagrada Família, a Comissão foi acionada para acompanhar uma situação, em que o MP alega que o Lar não está atendendo alguns critérios. O MP ajuizou uma Ação Civil Pública contra o Lar e este não se defendeu.

Porém em primeiro grau, o juiz julgou favorável ao Lar Sagrada Família, mas o MP recorreu e o processo está no TJ. Nossa sugestão é que a OAB participe como Amicus Curiae, no sentido de reforçar a defesa no TJ e dizer que a sentença proferida foi correta. Dessa forma, elaboramos um Parecer e encaminhamos à OAB de Santa Catarina, solicitando que se manifeste perante o TJ. Quanto ao Albergue Municipal, realizamos uma vistoria no local, tendo feito uma visita com hora marcada e outra de surpresa, onde constatamos algumas deficiências. Vamos elaborar um relatório apontando a necessidade de melhorias e de forma urgente, já manifestamos para a Secretaria de Assistência Social, nosso descontentamento diante da falta de café da manhã, devido ao encerramento de uma licitação, pedindo providências urgentes”, descreve Hoffmann.

Entre outras atividades, a Comissão tem participado dos eventos da CDL nos Bairros e o Sábado Fácil, levando orientações jurídicas por meio da OAB Cidadã e planeja um trabalho de cidadania nas escolas, que vai ser coordenado pelo Dr. Marcos Eduardo Maestri. Há também o objetivo de lançar uma coletânea de livros sobre direitos humanos e cidadania, e ainda, em 2018, realizar o primeiro Simpósio de Direitos Humanos e Cidadania, que deve integrar profissionais de diferentes áreas.

O presidente da Comissão reforça que há vários projetos para serem idealizados em parceria com outras entidades. “Paralelo à averiguação de denúncias e de mantermos contato direto com a Comissão estadual, estamos à disposição da comunidade para esclarecimentos e auxílio, bem como, para sermos parceiros em ações que tenham os Direitos Humanos e a cidadania como foco”, observa Hoffmann.

Participe

Para saber mais sobre a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, e/ou acompanhar as reuniões realizadas, entre em contato com a sede da OAB, por meio do telefone (47) 3355-7504, ou pelo e-mail oabsede@terra.com.br.



Na primeira assembleia de 2017, realizada no dia 23 de fevereiro, receberam suas credenciais os novos advogados: Bruna Melo, Rodrigo Sagradin, Vanessa Cristina dos Santos Viegas, Siliana Maiara Porto, Fernanda Davies dos Santos, Calebe Rios de Souza e Silvana Ventura



Durante assembleia do dia 30 de março, o novo advogado Ederson Seubert recebeu a Carteira da Ordem das mãos do vice-presidente da OAB Brusque, Dr. Eduardo Koerich Decker

Novos advogados recebem Carteira da Ordem

Profissionais receberam suas credenciais ao longo do ano, durante as assembleias gerais da OAB Subseção Brusque



O vice-presidente da OAB Brusque, Dr. Eduardo Koerich Decker e a delegada da CAASC, Dra. Karin Rodrigues, dividem a cena com os novos profissionais Lays Bittencourt Vieira e Pedro Augusto Medeiros, em assembleia do dia 31 de agosto



O presidente da OAB Brusque, Dr. Renato Munhoz, a delegada da CAASC, Dra. Karin Rodrigues, a secretária-geral da OAB Brusque, Dra. Jordana Cristina Staack Ristow, dividem o retrato com os novos advogados Irineu Martins de Lima Neto e José Victor do Amaral Angelo, em assembleia do dia 27 de abril



Os novos profissionais Camila Cristini Cervi Colombi, Maiara Dalmolini, Luis Antonio Ribeiro Moura Júnior e Dario Juliano Marquez, receberam a Carteira da Ordem, durante assembleia, no dia 31 de maio



Em meio a assembleia do dia 26 de outubro, receberam a Carteira da Ordem os novos advogados Larissa Soares de Godoy Honorato, Janice Matias da Silva e Arlex Marquezzann, ladeados pelo vice-presidente da OAB Brusque, Dr. Eduardo Koerich Decker, a delegada da CAASC, Dra. Karin Rodrigues, o presidente da OAB Brusque, Dr. Renato Munhoz e o secretário geral adjunto da entidade, Dr. Fernando Rafael Correa

Mais que uma identidade profissional, a Carteira da Ordem dos Advogados do Brasil representa uma importante conquista na vida dos bacharéis em Direito, que superaram inúmeras etapas ao longo da jornada acadêmica e preparatória, desde a faculdade até o Exame da Ordem. Ela é o símbolo que os credencia como advogados e advogadas e por isso, é sinônimo de satisfação não apenas para quem a conquista, mas também para familiares e amigos que acompanham diariamente a dedicação e determinação destes profissionais.

Ao longo de 2017, durante as assembleias gerais da OAB Brusque, aproximadamente 30 novos advogados receberam a Carteira da Ordem, e foram acolhidos e encorajados pelos colegas de profissão. O conselheiro da OAB Brusque, Dr. Eder Gonçalves, destaca que a Advocacia é uma profissão para corajosos e não uma profissão para covardes. “Precisamos enfrentar uma série de dificuldades diariamente, mas temos que ter coragem para superar todos os percalços. Nós tratamos do direito das pessoas, nós cuidamos da liberdade, do patrimônio, do relacionamento delas. Não é à toa que a Constituição Federal em seu Artigo 133 dá essa importância à profissão dos advogados. Ela é clara quando diz que o advogado é

indispensável à administração da Justiça”.

Para o conselheiro federal da OAB, Dr. Tullo Cavalazzi Filho, os novos advogados são vencedores e privilegiados, pois muitos não conseguem chegar até esse ponto. “Lembrem que terão um Código de Ética a seguir e esperamos que exerçam com maestria esta, que é a mais bela das profissões. Nossa atividade é sinônimo de companheirismo, estudo, satisfação e orgulho e os honorários vêm com o tempo, como consequência do bom trabalho. Vocês iniciam hoje uma brilhante carreira e desejo que exerçam a profissão com confiança e coragem, sem esquecer que sem advogado, não há justiça”.

Em nome da entidade, o presidente da OAB Subseção Brusque, Dr. Renato Munhoz, dá boas-vindas aos novos colegas. “É uma grande alegria tê-los entre nós. Colocamos a Subseção à disposição de vocês e deixamos o convite para participarem de nossas assembleias mensais e de outros eventos, bem como, de nossas comissões, como a Comissão do Jovem Advogado, e de confraternizações, que proporcionam o entrosamento com os advogados mais experientes. A OAB está de portas abertas a todos vocês. Não deixem de nos procurar sempre que necessário. Da mesma forma, podem contar com o apoio da CAASC – Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina”.



O presidente da OAB Brusque, Dr. Renato Munhoz, o conselheiro federal da OAB, Dr. Tullo Cavalazzi Filho, a delegada da CAASC, Dra. Karin Rodrigues e o conselheiro estadual Dr. Ricardo Vianna Hoffmann, junto dos novos advogados Maura Suzane Aires dos Santos, Andressa Zimmermann Tonieto, Rafael da Silva, Laiza Dalbosco e Milena Mari Soares, em assembleia do dia 29 de junho



Durante assembleia no dia 27 de julho, o presidente da OAB Brusque, Dr. Renato Munhoz, a secretária geral Dra. Jordana Cristina Staack Ristow e a delegada da CAASC, Dra. Karin Rodrigues, fizeram a entrega de credenciais para os novos advogados Brunelle Stedile de Assis e Fábio Augusto Cardoso

*OBS. Não houve entrega de carteirinhas no mês de setembro

Vez e voz para as Subseções

Ricardo Pereira

Tradicional encontro oportuniza aos presidentes das Subseções da OAB de Santa Catarina apresentarem proposições de melhorias à classe



O Colégio de Presidentes foi criado para ouvir os anseios e proposições dos presidentes das Subseções, a fim de realizar melhorias para o exercício da Advocacia

Discutir assuntos de caráter político-institucional, apresentar sugestões e recomendações de melhorias no exercício da Advocacia, e manter o intercâmbio de experiências entre as Subseções, são algumas das premissas que norteiam o Colégio de Presidentes das Subseções, realizado pela Ordem dos Advogados de Santa Catarina há muitos anos. O tradicional encontro já está em sua 87ª edição, sempre pautado em assuntos de interesse da Advocacia e da sociedade.

Integrado pela Diretoria do Conselho da OAB Santa Catarina e pelos presidentes das 46 Subseções Catarinenses, são realizados quatro encontros anuais que resultam na edição de uma Carta, a qual traz o resultado dos temas de caráter político-institucional.

Nos anos de 2016 e 2017, a Subseção de Brusque marcou presença em todos os seis Colégios de Presidentes, realizados nos municípios de Balneário Camboriú, Lages, Fraiburgo, Bombinhas, Palhoça e Blumenau; e apresentou proposições importantes no que tange à melhoria da atuação dos advogados e advogadas. Foram apresentadas 11 proposições, gerando resultados significativos a toda classe.

Entre elas destacam-se duas: o gerenciamento para saída do Ministério Público de Santa Catarina dos Fóruns e o envio por e-mail ou telefone do TJSC dos Pedidos de Sustentação Oral.

De acordo com o presidente da OAB Brusque, Dr. Renato Munhoz, o encontro é uma oportunidade de se implementar os principais anseios da advocacia catarinense.

Atuação OAB Brusque

Confira as proposições apresentadas pela OAB Brusque nos dois últimos anos:



82º COLÉGIO DE PRESIDENTES Balneário Camboriú

8 e 9 de abril de 2016

O 82º Colégio de Presidentes foi o primeiro encontro realizado em 2016. Na oportunidade, o presidente da OAB Brusque apresentou proposição solicitando que fosse gerenciada a saída do Ministério Público dos Fóruns. Em sua justificativa Munhoz ressaltou que o próprio judiciário e o MPSC buscam a desocupação. Neste sentido, é importante que a OAB, através do Colégio de Presidentes, também solicite e fiscalize para que isso ocorra. “É mister salientar que Santa Catarina é o único Estado da Federação que isso ainda acontece. Tal desocupação será salutar a todos, viabilizando autonomia e resgatando espaços importantes para a ampliação das unidades jurisdicionais”, frisou.

O assunto foi levado à discussão dos órgãos competentes ainda em 2016, mas, somente este ano, teve uma resolução efetiva. No dia 16 de outubro, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e o

Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), assinaram convênio definindo assim as bases que nortearão o processo gradual de desocupação pelo MPSC das áreas privativas que utilizam atualmente nos edifícios do Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme minuta aprovada de forma unânime pelo Órgão Especial do TJSC.

Atualmente a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), por meio de seus promotores e assessores, compartilha instalações nas 111 comarcas do Estado e repassa valores ao TJSC para dividir os custos dos espaços que usufrui. Ao deixar tais espaços nas unidades, após avaliação a ser realizada pelas áreas técnicas de engenharia das duas instituições, o MPSC procederá ao abatimento do montante que destina ao Judiciário pela ocupação. A PGJ, na prática, dá início ao projeto que prevê a construção de sedes próprias nas comarcas catarinenses. Existe neste momento intenção de edificar em cinco unidades, sendo que a primeira delas estima-se que fique pronta em até dois anos.

O convênio firmado entre o Desembargador Torres Marques, presidente do TJSC, e o procurador Sandro José Neis, Procurador-Geral de Justiça, já se adianta e disciplina as regras da desocupação futura. Para o TJSC, a medida trará novos espaços nos fóruns, com possibilidade inclusive de rever eventuais ampliações, que podem se tornar desnecessárias após a saída do MPSC.

No município de Brusque, uma reunião foi realizada no mês de julho, com a presença do presidente da OAB, Dr. Renato Munhoz, e diversas autoridades, com representantes do Judiciário e do Ministério Público, para discussão do assunto.



83º COLÉGIO DE PRESIDENTES **Lages**

1 e 2 de julho de 2016

A Subseção de Brusque, no Colégio de Presidentes de Lages, encampou, conjuntamente com a Subseção de Palhoça, debate acerca da impossibilidade de oferta de serviços jurídicos pelas CDLS, FCDL; Sindicatos; dentre outros, travando luta histórica, que colimou com a criação de comissão específica para tal desiderato, composta pela Subseção de Brusque.

Ainda, na oportunidade, lançou-se proposição para que se criassem Critérios para Repasse de Valores às Subseções, que foi integrada igualmente pela Subseção de Brusque, propiciando ao longo de inúmeros encontros, com bastante efetividade e após inúmeros anos de indefinições sobre tal tema na regulamentação do assunto ainda no final de 2016.



84º COLÉGIO DE PRESIDENTES **Fraiburgo**

28 e 29 de outubro de 2016

No último Colégio de Presidentes de 2016, a Subseção de Brusque apresentou quatro proposições. A primeira delas foi relacionada à contratação de funcionários para o Setor de Fiscalização, nos moldes do CREA e demais entidades. De acordo com Munhoz, a designação de fiscais voluntários (colegas advogados) em todas as subseções da OAB/SC poderá propiciar uma melhor efetividade ao

importante Setor de Fiscalização. No entanto, a história mostra que por ocasião da realização de flagrantes e atos fiscalizatórios que reclamam postura imediata à figura do fiscal (instrumentalizado e imparcial) se reveste em importante mecanismo para que se possa coibir de maneira eficaz, nefastas práticas que depõem contra toda a advocacia. “Importante destacar ainda que tais funcionários, o qual se sugere sejam no mesmo número da divisão de regiões esquadrinhada pela OAB/SC, trabalhem em regime de revezamento de atividades a campo e internas, haja vista que quando não estiverem a campo estarão realizando procedimentos internos necessários ao envio dos Tribunais de Ética; Conselho das Subseções; e, Presidência, dependendo da natureza da fiscalização e da infração apurada”, argumentou.

Como deliberação da proposição apresentada, foi aprovada por unanimidade a contratação de dois fiscais para atuarem no Sistema Estadual de Fiscalização da Seccional, o que de fato ocorreu. Além disso, foi criada nova estrutura física no Setor, com o acréscimo de mais dois fiscais.

A segunda proposição apresentada por Munhoz foi sobre Pedidos de Sustentação Oral por e-mail ou telefone junto ao TJSC. O presidente da OAB Brusque fez sua justificativa dizendo que a grande maioria dos tribunais, especialmente o TRT12 e TRF4, além do STJ e STF, viabiliza pedidos de sustentação oral via e-mail ou telefone. Entretanto, o TJSC, até aquele momento, se mostrava reticente em adotar tal prática, a qual servirá para melhor organização não só dos advogados, que terão a real noção do horário que deverão se fazer presentes à sessão de julgamento, sobretudo os do interior que são obrigados a enfrentar o caos do trânsito na via expressa de acesso a Florianópolis, mas também aos desembargadores que compõem o TJSC, os quais poderão ter conhecimento de quais processos haverá sustentação oral, a fim de melhor organizarem as sessões de julgamento naquela Corte.

A proposição foi analisada e atendida através do Ato Regimental Tribunal de Justiça N.150, de 5 de abril de 2017, o qual regulamentou os pedidos de sustentação oral presencial e os pedidos de preferência na ordem de julgamento no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Ainda neste Colégio de presidentes, Munhoz apresentou proposição sobre os atos processuais realizados no SAJ em dias não úteis. A matéria já havia sido objeto de manifestação no Colégio de Presidentes de Balneário Camboriú. Segundo Munhoz, o TJSC permanece viabilizando aos Correios que efetue a juntada de Avisos de Recebimentos (ARs) em dias não úteis, o que, mais uma vez, está causando inúmeros transtornos quanto à contagem de prazos processuais. Neste sentido, é necessário oficial ao TJSC para que cesse, imediatamente, tal procedimento e não o repita, diante dos prejuízos causados a toda classe. Como providência desta proposição, foi entregue parecer da lavra do Presidente da Comissão de Processo Civil aos presidentes das subseções, no Colégio de Bombinhas.

A última proposição apresentada neste encontro, foi sobre o envio da Ata de cada Colégio em até 15 dias e informações mensais até exaurimento das proposições aprovadas nos Colégios de Presidentes. Munhoz justificou que o envio da ata antecipadamente viabiliza a todos os presidentes dar publicidade e retorno aos advogados vinculados a cada uma das Subseções da OAB/SC com consistência e rapidez, além de viabilizar o acompanhamento por todos, inclusive por aqueles que eventualmente não puderam se fazer presentes aos Colégios de Presidentes, das deliberações que foram tratadas em relação aos assuntos propostos. A proposição foi acatada à unanimidade e está sendo executada pela Seccional.



Ricardo Pereira

Nos últimos dois anos, a OAB Brusque apresentou diversas proposições, entre elas o gerenciamento para saída do Ministério Público dos Fóruns e os pedidos de Sustentação Oral via e-mail do TJSC



86º COLÉGIO DE PRESIDENTES Palhoça

21 e 22 de julho de 2017

Durante a 86ª edição do encontro, o presidente da Subseção de Brusque, Dr. Renato Munhoz, apresentou quatro proposições. A primeira delas trata-se de uma moção para que haja a migração do processo eletrônico do TJSC para o e-Proc, o mesmo utilizado pela Justiça Federal. Em sua justificativa Munhoz ressaltou a infinidade de problemas, sem solução, do SAJ, além do altíssimo custo despendido pelo TJSC para sua manutenção. O assunto, após amplo debate e apresentação de justificativas sobre os recentes problemas encontrados com o peticionamento eletrônico do TJSC com os representantes da Softplan naquela oportunidade, foi retirado de pauta e sugerido que na permanência dos problemas seja oficiado imediatamente o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que sejam tomadas providências.

Outra proposição de Munhoz foi quanto à oferta de serviços e captação de clientela. Segundo o presidente da OAB Brusque, a advocacia não pode estar associada a outra atividade, o que, todavia, não tem impedido que diversas profissões sejam usadas de forma associada por advogados, com inúmeros subterfúgios, para, deliberadamente, ofertar serviços e captar clientes de forma ilegal. “É preciso mobilizar o Conselho Federal a alterar o Estatuto da OAB a coibir com mais incisividade tal situação e, de forma efetiva, acabar com tais infrações, inclusive e se for o caso obstando que haja inscrição do advogado noutros órgãos de classe”, justificou.

A respeito desta proposição, a Seccional deliberou que trabalhará imediatamente nos casos de atuação de advocacia com outras atividades onde se verifica o objetivo de captar clientela.

A terceira proposição apresentada por Munhoz foi sobre a padronização das Decisões de Segundo Grau. Conforme a justificativa do presidente, tem havido uma padronização das decisões dos Tribunais, sobretudo do TRT12, que além de não reformar as decisões de primeiro grau, praticamente se limita a reproduzi-las, já pré-julgando os recursos com dois votos (relator e revisor) antes da realização de sustentação oral pelos advogados. Desta forma, se faz necessário a OAB/SC intervir e dialogar com os presidentes dos Tribunais de segundo grau, a fim de que seja observado o NCPC, alterando-se se necessário for, o Regimento Interno de tais Tribunais, extirpando, pois, o famigerado cerceamento de defesa e eliminando/mitigando as afrontas constantes às prerrogativas do advogado.

Após discussão do tema, que foi aprovado por unanimidade, o assunto está sendo estudado pela Seccional. A proposta é que não haja manifestação do voto revisor antes da sustentação oral no âmbito do TRT12, além da padronização das decisões.

A quarta e última proposição apresentada neste encontro, trata-se do encaminhamento de requerimento ao Conselho Federal da OAB, para que altere o art. 43 do Estatuto. O objetivo com isso é para que o advogado não fique, ad eternum, sujeito às sanções ético disciplinares, vez que atualmente apenas após o conhecimento oficial do fato pela OAB é que se dará a contagem do início do prazo prescricional. A proposição foi aprovada por unanimidade e o assunto foi passado ao Conselheiro Federal, Dr. João Paulo Tavares Bastos Gama.



85º COLÉGIO DE PRESIDENTES Bombinhas

31 de março e 1º de abril de 2017

Na 85ª edição do Colégio de Presidentes, realizada em Bombinhas, Dr. Renato Munhoz apresentou aos demais presidentes das Subseções, o parecer da Comissão de Direito Empresarial, da qual é integrante, acerca do ofício circular nº 60, do Corregedor Geral de Justiça, Dr. Ricardo Orofino da Luz Fontes.

O parecer se refere a um ofício que aportou na Subseção de Chapecó questionando a legitimidade e legalidade da Circular nº 60, sobre processos de recuperações judiciais e falências. Tal circular recomenda a realização de perícia prévia no processo de recuperação judicial, ao determinar verificação de viabilidade econômica por parte do magistrado.

Esse tema foi objeto de diversos encontros da Comissão de Direito Empresarial e cerceia sobremaneira a atuação do advogado, impede a propositura de recuperação judicial porque é totalmente inviável se fazer uma perícia prévia para propositura de uma ação de recuperação judicial, mas o Corregedor encaminhou a todos os Juízes do TJ/SC e alguns estão utilizando como se Lei fosse.

E esclarece que nove subcomissões de direito empresarial se encontraram para chancelar o parecer da Comissão de Direito Empresarial. Assim, houve pedido para que fosse trazida essa questão ao Colégio de Presidentes a fim de que o mesmo leve à presidência do TJSC essa questão, tomando as seguintes providências:

1) Requerer a revogação da circular nº 60- CGJ, bem como que seja comunicado a todos os magistrados catarinenses sobre seu cancelamento e não aplicação dos termos processuais lá impostos, fazendo ressalva de aplicação do código de Processo Civil e da Lei de Recuperação Judicial de Empresas.

2) Em não havendo retorno pelo prazo de 15 dias, seja deliberado na próxima sessão ordinária da Comissão de Direito Empresarial, juntamente com a Diretoria da OAB/SC proposta de demanda judicial adequada para o caso que se apresenta.

Em resposta à proposição, foi encaminhado ofício ao Corregedor Geral de Justiça de Santa Catarina e solicitado providências.



Esta foi a primeira vez que a reunião itinerante foi realizada na OAB Subseção Brusque, já que a maior parte das reuniões ocorre no norte do Estado. O Tribunal tem como objetivo averiguar e julgar as acusações de infrações éticas e disciplinares que eventualmente tenham sido praticadas por advogados

Subseção de Brusque recebe turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB de Santa Catarina

Evento ocorreu pela primeira vez na subseção e contou com a participação de advogados de diversas regiões do Estado

Na sexta-feira, 17 de novembro, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Subseção Brusque recebeu a segunda das quatro turmas que integram o Tribunal de Ética e Disciplina (TED) da OAB Santa Catarina. Esta foi a primeira vez que a reunião itinerante foi realizada no município, já que a maior parte das reuniões ocorre no norte do Estado. O Tribunal tem como objetivo averiguar e julgar as acusações de infrações éticas e disciplinares que eventualmente tenham sido praticadas por advogados.

“A OAB tem muita seriedade no julgamento de toda e qualquer acusação feita contra os advogados. Temos uma preocupação muito séria, e toda e qualquer reclamação é autuada, e gera um processo que é averiguado. Evidentemente, muitas reclamações que têm contra os advogados não são decorrentes propriamente da atividade, como o atraso no julgamento do processo, a reclamação contra o resultado do processo, o que não cabe à OAB avaliar. Mas nos casos em que têm, efetivamente, potencial de gerar processos éticos e disciplinares a OAB é muito austera e muito rigorosa. E para nós é uma alegria estar aqui, sempre somos muito bem recebidos pela OAB Brusque em todos os eventos”, comenta o presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-SC, Dr. Anacleto Canan.

Na oportunidade, o presidente da OAB Brusque, Dr. Renato Munhoz, deu as boas vindas aos advogados do TED e destacou a importância do evento ser realizado de forma itinerante pela primeira vez na Subseção. “Já vínhamos solicitando há tempo que Brusque fosse anfitriã nesse importante encontro, sobretudo em razão dos membros da Subseção que fazem parte deste colendo Tribunal. O TED é a primeira trincheira de julgamento dos processos éticos e disciplinares em relação

aos profissionais que estão agindo em detrimento daquilo que banaliza o Código de Ética e Disciplina e o Estatuto da OAB, tarefa árdua e de suma importância, que pune e moraliza o exercício regular da advocacia. É, sem dúvida, uma satisfação enorme para a Subseção de Brusque recebê-los e esperamos que em breve possamos novamente sediar este e demais eventos da OAB-SC”, destacou.

Avaliações

Segundo o presidente do TED, a cada sessão do Tribunal, são pautados para serem julgados, em média, 30 processos. Por ano, são julgados em torno de 300 processos nas quatro turmas que integram o Tribunal, sendo as principais causas a captação ilegal de clientela, publicidade irregular e problemas relacionados à ausência de prestação de contas, de numerários recebidos em nome dos clientes.

Em relação aos tipos de penalidades que os advogados podem receber, após a avaliação e o julgamento dos processos feitos pelo Tribunal, estão medidas que vão desde censura até a suspensão, em casos mais graves. Ao todo, 21 advogados da segunda turma do TED participaram da reunião na Subseção da OAB Brusque, entre eles os advogados que integram a subseção, Dr. Éder Gonçalves, Dr. Luis Hoffmann e Dr. Patrick Scalvim.

Além do TED, na oportunidade dois novos advogados tomaram posse como membros da segunda turma do Tribunal: André Luis Soares Carniel e Bruno André Schwinden Wöhlke. A abertura da sessão do TED também contou com a participação do ex-presidente da OAB Brusque, Dr. Marcus Antônio Luiz da Silva, atual presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina (CAASC).



SANTA CATARINA

Subseção
Brusque

www.oab-brusque.org.br